

PAX Investimentos em Aeroportos S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas
do relatório do auditor independente nº 23751-001-PB

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PAX Investimentos em Aeroportos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da PAX Investimentos em Aeroportos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o assunto mencionado na Nota Explicativa nº 1 que informa que a Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2022. Dessa forma, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa apresentam a movimentação entre a constituição da Companhia e 31 de dezembro de 2022 e não apresentam saldos comparativos em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

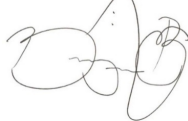
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de agosto de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

PAX INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022

(Em reais - R\$)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u> <u>2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.786	1.209.943
Impostos a recuperar		-	64
Total do ativo circulante		<u>1.786</u>	<u>1.210.007</u>
Ativo não circulante			
Investimentos	7	860.037	-
Ativo intangível	8	-	128.991.473
Total do ativo não circulante		<u>860.037</u>	<u>128.991.473</u>
Total do ativo		<u>861.823</u>	<u>130.201.480</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PAX INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022

(Em reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	9	-	128.941.513
Impostos e contribuições a recolher	10	-	322.541
Salários e encargos sociais	11	-	75.603
Total do passivo circulante		-	129.339.657
Patrimônio líquido			
Capital social	12 (a)	5.001.000	5.001.000
Prejuízos acumulados		(4.139.177)	(4.139.177)
Total do patrimônio líquido		861.823	861.823
Total do passivo e patrimônio líquido		861.823	130.201.480

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PAX INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS S.A.

Demonstrações do resultado para o período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022

(Em reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	-	(4.146.366)
Equivalência patrimonial	7	(4.139.963)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		1.000	1.000
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(4.138.963)</u>	<u>(4.145.366)</u>
Receitas financeiras		2	6.988
Despesas financeiras		(216)	(799)
Resultado financeiro líquido		<u>(214)</u>	<u>6.189</u>
Prejuízo do período		<u>(4.139.177)</u>	<u>(4.139.177)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PAX INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para o período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e
31 de dezembro de 2022

(Em reais - R\$)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Prejuízo do período	(4.139.177)	(4.139.177)
Ajustes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(4.139.177)</u>	<u>(4.139.177)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PAX INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022

(Em reais - R\$)

	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia)	-	-	-
Aporte de capital	5.001.000	-	5.001.000
Prejuízo do período	-	(4.139.177)	(4.139.177)
Saldos em 31 de de dezembro de 2022	<u>5.001.000</u>	<u>(4.139.177)</u>	<u>861.823</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PAX INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022

(Em reais - R\$)

	Nota	Controladora 2022	Consolidado 2022
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(4.139.177)	(4.139.177)
Resultado com equivalência patrimonial	7	4.139.963	-
Variação dos ativos e passivos			
Impostos a recuperar		-	(64)
Ativo intangível		-	(218.470)
Contas a pagar		-	168.510
Impostos e contribuições a recolher		-	322.541
Salários e encargos sociais		-	75.603
Fluxo de caixa decorrente das (aplicado nas) atividades operacionais		786	(3.791.057)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aporte em investidas	7	(5.000.000)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(5.000.000)	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Aporte de capital	12 (a)	5.001.000	5.001.000
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		5.001.000	5.001.000
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.786	1.209.943
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	1.786	1.209.943
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.786	1.209.943

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em reais – R\$)

1. Contexto operacional

A PAX Investimentos em Aeroportos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo cujo controlador é o XP Infra IV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, com 100% do capital social. Constituída em 18 de outubro de 2022, tem como principal objeto social o seguinte:

- i) Realizar estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas às atividades que envolvem o transporte aéreo desenvolvidas pela Companhia e das sociedades por ela investidas, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares à consecução do seu objeto social;
- ii) Investimento em novos projetos de infraestrutura e/ou expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, especialmente na área de prestação de serviços em aeroportos, incluindo a promoção de estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos da Companhia e sociedades por ela investidas, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento de atividades relacionadas a transporte aéreo; e
- iii) Participação como acionista ou quotista, em outras sociedades que tenham como objeto social exclusivamente atividades relacionadas a transporte aéreo no Brasil

A PAX Investimentos em Aeroportos S.A. tem como investida e controlada direta a PRS Aeroportos S.A. A PRS Aeroportos S.A., também constituída em 18 de outubro de 2022, com a única e exclusiva finalidade de realizar a prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos Complexos Aeroportuários integrantes do Bloco Aviação Geral, propriamente o Aeroporto Campo de Marte - São Paulo/SP (SBMT) e Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho – Rio de Janeiro/RJ (SBJR), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão a ser firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e a PRS Aeroportos S.A (“Contrato de Concessão”), em virtude do êxito no processo licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022 (“Edital do Leilão”).

Aeroporto Campo de Marte

O Aeroporto Campo de Marte está localizado na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo e tem seus movimentos voltados em grande parte para a aviação geral e executiva. Atualmente é utilizado principalmente para operações de táxi aéreo, escolas de aviação, aviação executiva e serviços de helicóptero, funcionando como base de apoio da Polícia Militar e seus helicópteros Águia.

O Campo de Marte possui uma pista asfaltada com 1.635 metros de comprimento, que permite a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Também possui um terminal de passageiros para atendimento aos voos executivos. Além disso, o aeroporto conta com uma série de serviços e facilidades para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, oficinas de manutenção e serviços de apoio.

Aeroporto de Jacarepaguá

O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá. Também é conhecido como Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho, em homenagem ao empresário brasileiro Roberto Marinho. Assim como o Campo de Marte, é um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva. Importante destacar que conta com um tráfego expressivo de apoio às operações offshore.

O aeroporto possui uma pista asfaltada com 1.200 metros de comprimento e é adequado para a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Além disso, conta com um terminal de passageiros e diversos serviços para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, serviços de manutenção e apoio em solo.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que inclui as práticas contábeis previstas na legislação Societária Brasileira e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 07 de agosto de 2023.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

c) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre esses itens são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

d) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos da norma contábil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

3. Base de elaboração e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

3.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada direta, cuja participação percentual detida na data do balanço é conforme a seguir:

Controlada	País	Tipo de controlada	Participação em 2022
PRS Aeroportos S.A.	Brasil	Direta	100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia detém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. As demonstrações contábeis da controlada direta são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

Nas demonstrações contábeis da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todo o período apresentado nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) **Contrato de concessão – ICPC 01 (R1)**

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

b) **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando possui uma obrigação ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

c) **Ativos intangíveis**

Refere-se ao direito de operar o aeroporto durante o período de concessão. Esse direito é um ativo intangível identificável com vida útil definida e controlado pela Companhia, que surge do contrato de concessão celebrado com o governo conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada. No caso da concessão de aeroportos, o ativo intangível da concessão é amortizado ao longo do período de concessão, que é o período em que a Companhia tem o direito de operar o aeroporto. A amortização é calculada utilizando um método sistemático e racional ao longo do período de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos do ativo intangível ao longo do tempo. e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível seja por venda ou por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimento sobre aplicações financeiras.;
- Despesas bancárias;

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

e) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos em acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e mútuos a pagar, estando todos reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 06):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias junto a instituições de renome possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- **Contas a pagar (Nota Explicativa nº 09):** correspondem aos valores conhecidos e calculáveis provenientes da aquisição de bens e serviços e provisão sobre serviços tomados, porém ainda não faturados até a data-base das demonstrações contábeis.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

f) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

5. Contrato de concessão

Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A – Transferência das operações dos Aeroportos sob comando da Infraero para a Concessionária (fase com conclusão prevista para 1º de setembro de 2023);
- FASE I-B – Ampliação e adequação dos Aeroportos pela Concessionária para atendimento às especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária “PEA”(Fase com conclusão prevista para 1º de setembro de 2026);
- FASE II – Cumprimento integral das obrigações estabelecidas no PEA, incluindo ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de acordo com as Especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e o nível de serviço requerido, conforme contrato de concessão. (fase com início após a fase I-B e vigente durante todo o tempo restante de concessão).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por até 5 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do Bloco de Aviação Geral, englobando os Aeroportos Campo de Marte e Jacarepaguá, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 141.400.000, sendo o saldo corrigido desde agosto de 2022, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/ MTPA, o montante, em valores nominais, passa a ser R\$ 145.980.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual, em reais, a partir do quinto ano-calendário de concessão, resultante da aplicação de uma alíquota sobre a totalidade da receita bruta anual. A alíquota será implementada conforme o quadro abaixo.

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	3,05%
Sexto ano	6,10%
Sétimo ano	9,15%
Oitavo ano	12,20%
A partir do novo ano até o final da concessão	15,25%

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Direitos e deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato de Concessão, atendendo às exigências e dar o devido tratamento às recomendações ou observações feitas pela ANAC, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, serão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Remuneração da Concessionária

- Receitas Tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, pouso e permanência e armazenagem.

- Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

Utilização do complexo aeroportuário - disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	
	Controladora	Consolidado
Caixa e bancos	1.785	2.796
Aplicações financeiras (i)	-	1.207.146
Total	1.785	1.209.942

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, com média de 100% do CDI a.a., tendo como contraparte bancos de primeira linha.

7. Investimentos

	Controladora
	31/12/2022
PRS Aeroportos S.A.	860.037
Total	860.037

As movimentações dos investimentos são apresentadas a seguir:

	Saldo em 18/10/2022	Aportes	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
PRS Aeroportos S.A.	-	5.000.000	(4.139.963)	860.037
Total	-	5.000.000	(4.139.963)	860.037

Os principais resultados da investida da Companhia foram:

Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Despesas operacionais	Prejuízo de 2022
PRS Aeroportos S.A.	8.618.040	7.758.003	860.037	(4.146.366)	(4.139.963)

8. Ativo intangível (consolidado)

A movimentação para 2022 é conforme segue abaixo:

	Total
Custo	
Saldo em 18/10/2022 (constituição da Companhia)	-
Adições	128.991.473
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	128.991.473
Amortização acumulada	
Saldo em 18/12/2022 (constituição da Companhia)	-
Adições	-
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Valor líquido contábil	128.881.473

As adições no intangível em 2022 estão relacionadas a gastos iniciais previstos em contrato ou licitação para se obter o direito de operar o aeroporto. Esses gastos, por serem identificáveis e controlados pela Companhia e que surgem do contrato de concessão celebrado com o governo, são ativados e serão amortizados ao longo do prazo da concessão, quando essa estiver pronta para uso.

Abaixo segue uma composição dos gastos ativados até 31 de dezembro de 2022:

	Total
Reembolso de despesa com corretagem B3 prevista no item 6.1 o contrato da concessão	218.470
Reembolso de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental prevista no item 6.1 do contrato da concessão	7.164.488
Custo com programas de adequação do efetivo prevista no item 6.1 do contrato da concessão	121.608.515
Total	128.881.473

9. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de contas a pagar contém valores a pagar pela prestação de serviços jurídicos de apoio pela constituição da Companhia e participação no leilão e provisão/gastos de reembolsos relacionados à concessão constituídos em contrapartida ao ativo intangível (Nota Explicativa nº 08).

10. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado
	31/12/2022
IRRF a recolher	78.585
CSRF a recolher	243.615
Outros impostos a recolher	341
Total	322.541

11. Salários e encargos sociais

	Consolidado
	31/12/2022
INSS a recolher	29.882
FGTS a recolher	7.940
IRRF sobre salários a recolher	22.159
Férias e encargos sobre férias	13.069
INSS e FGTS sobre 13º salário a recolher	2.553
Total	75.603

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 5.001.000, representado por 130.001.000 (cento e trinta milhões e um mil) ações, sem valor nominal, dos quais 5.001.000 (cinco milhões e um mil) ações encontravam-se integralizadas e 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões) ações encontravam-se a integralizar.

b) Reserva legal

De acordo com o estatuto social da Companhia 5% do lucro líquido apurado será destinado para a constituição de reserva legal, até que se atinja o valor correspondente a 20% do capital social, a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, após constituição da reserva legal, 25% do lucro líquido será destinado aos acionistas a título de dividendo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor sobre o capital próprio.

13. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado 31/12/2022
Despesas com pessoal	(149.807)
Outras despesas gerais e administrativas (i)	(3.996.559)
Total	(4.146.366)

- (i) Despesas com prestação de serviços jurídicos de apoio para a constituição e regularização da Companhia, realização de estudo técnico de viabilidade econômica da concessão e outras despesas, sendo a maior delas relacionada a despesa com desenvolvimento de estudo técnico de viabilidade econômica da concessão no montante de R\$ 2.700.000.

14. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Em 31/12/2022 (controladora)	Valor contábil			Valor justo			
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	1.785	-	1.785	1.785	-	-	1.785
Passivos financeiros							
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-

Em 31/12/2022 (consolidado)	Valor contábil			Valor justo			
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	1.209.942	-	1.209.942	1.209.942	-	-	1.209.942
Passivos financeiros							
Contas a pagar	-	128.941.513	128.941.513	128.941.513	-	-	128.941.513

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer perda caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi R\$ 1.785 (controladora) e R\$ 1.209.942 relativo ao saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 06).

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros.

Cronograma de amortização da dívida:

	Valor contábil (consolidado)	12 meses
Contas a pagar	128.941.513	128.941.513

f) Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia possui contabilizado dentro da rubrica de caixa e equivalentes de caixa R\$ 1.207.146 de aplicação financeira indexada à taxa pós fixada, substancialmente CDI, e não considerada risco de mercado para essa operação.

15. Eventos subsequentes

Após a data do balanço patrimonial em 31/12/2022, a Companhia identificou eventos subsequentes significativos que exigem divulgação nas demonstrações contábeis. Esses eventos ocorreram até a data de emissão destas demonstrações contábeis e foram avaliados quanto aos seus impactos.

Pagamento do programa de adequação do efetivo da Infraero e reembolso das despesas do edital de concessão.

Como parte dos termos e condições da concessão, a PRS Aeroportos S.A. incorreu em 2023 nos seguintes gastos:

- Pagamento do programa de adequação do efetivo da Infraero – em fevereiro/2023 no montante de R\$ 121.608.515.
- Pagamento de reembolso de despesas relacionadas ao estudo da concessão – em fevereiro e março/2023 no montante de R\$ 7.191.349

Pagamentos outorga fixa da concessão

Em 29 de março de 2023, foi assinado o contrato de concessão entre as partes (Infraero e PRS Aeroportos S.A.), gerando a demanda pelo pagamento da outorga fixa prevista anteriormente. Os pagamentos ocorreram conforme abaixo:

- Pagamento parcial da outorga fixa dia 11/04/2023 – R\$ 71.000.000
- Pagamento parcial da outorga fixa dia 23/05/2023 – R\$ 46.368.000
- Pagamento parcial da outorga fixa dia 24/05/2023 – R\$ 28.612.000

Após o pagamento da outorga na sua totalidade, foi emitida ordem de serviços dando a autorização para a PRS Aeroportos S.A. assumir a operação dos dois aeroportos e começar o PTO (Plano de Transição Operacional) em conjunto com a Infraero.

Todos os eventos acima mencionados serão contabilizados como “Direito de uso de concessão” nas demonstrações contábeis consolidadas.

Aportes de capital

Com a perspectiva de custos e despesas pré-operacionais na PRS Aeroportos S.A., foram realizados aportes de capital conforme ordenação abaixo:

A empresa Pax Aeroportos S.A. recebeu aportes do XP Infra 4 FIP-IE nas datas:

- Primeiro aporte dia 29/11/2022 – R\$ 5.000.000
- Segundo aporte dia 31/01/2023 – R\$ 125.000.000
- Terceiro aporte dia 13/02/2022 – R\$ 4.000.000
- Quarto aporte dia 28/02/2022 – R\$ 19.000.000

Por cadeia societária, a PRS Aeroportos S.A. recebeu aportes da Pax Aeroportos S.A. nas datas:

- Primeiro aporte dia 29/11/2022 – R\$ 4.999.000
- Segundo aporte dia 13/02/2023 – R\$ 125.300.000
- Terceiro aporte dia 28/02/2023 – R\$ 828.458
- Quarto aporte dia 28/02/2023 – R\$ 39.000.000
- Quinto aporte dia 28/02/2023 – R\$ 109.171.542

Todos os eventos acima serão contabilizados devidamente como “Capital social” nas demonstrações contábeis consolidadas.

Emissão de debêntures não conversíveis em ações

Em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia concluiu com sucesso a emissão de debêntures, com o objetivo de captar recursos para financiar o pagamento da outorga fixa da subsidiária PRS Aeroportos S.A. e fortalecer a estrutura de capital. As debêntures emitidas possuem prazo de 24 meses e são remuneradas a uma taxa de juros anual de DI +5%, baseada em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Conforme previsto no contrato de emissão, o montante total das debêntures emitidas foi R\$ 130.000.000.

16. Transações sem efeito caixa (consolidado)

A Companhia teve o montante de R\$ 128.773.003 de transações não caixa no período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022, que afetaram as contas de intangível e contas a pagar, respectivamente, e que foram excluídas do fluxo de caixa. Essas transações podem ser representadas pelos seguintes valores e naturezas: R\$ 7.164.488 (reembolso de despesas previstas no item 6.1 do contrato de concessão) e R\$ 121.608.515 relacionado a provisão com programa de adequação do efetivo da Infraero também previsto no item 6.1 do contrato de concessão

* * *